

Enfoque Econômico é uma publicação do IPECE que tem por objetivo fornecer informações de forma imediata sobre políticas econômicas, estudos e pesquisas de interesse da população cearense. Por esse instrumento informativo o IPECE espera contribuir para a disseminação, de forma objetiva, do conhecimento sobre temas relevantes para o desenvolvimento econômico do Estado do Ceará.

Mais importante do que o debate conceitual e ideológico sobre agronegócio vai ser identificar os fatores determinantes das condições econômicas e sociais da população rural, que refletem bastante o desempenho da agropecuária (agricultura e pecuária). De uma forma geral, a importância do setor agropecuário, assim como dos demais setores econômicos, é medida por sua participação no Valor Adicionado Bruto – VAB da economia.

Nessa concepção, o setor agropecuário cearense pode ser visto como de baixa importância relativa, pois gera apenas 4,7% do VAB da economia do Estado. Entretanto, essa visão é limitada pois não considera que esse setor tem o papel de fornecer insumos para os demais setores, onde há uma agregação de valor, contribuindo, dessa forma, para ampliar a importância desses em detrimento da contabilização de valor para a agropecuária.

Ao se considerar o VAB como parâmetro para o desempenho do setor, tem-se observado uma perda de participação da agropecuária, o que está relacionado ao fraco desempenho desse setor em função das condições climáticas, mas também ao crescimento dos outros setores, em especial o setor de serviços que tem avançado bastante nos últimos anos.

No entanto, quando se analisa o desempenho das atividades agropecuárias no Estado, deve-se ter em mente que elas ocorrem em condições de clima semiárido, o qual se caracteriza pelas irregularidades temporais e espaciais das precipitações, gerando incerteza para o setor produtivo e vulnerabilidade para os pequenos produtores, principalmente para aqueles que vivem exclusivamente da agricultura de subsistência.

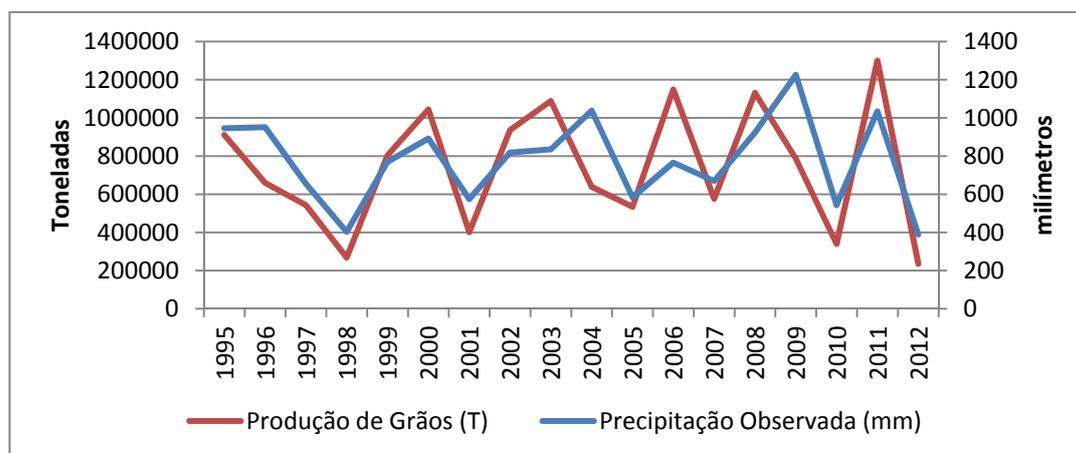
Portanto, essa característica influencia os resultados da agropecuária e, por isso, há algum tempo tem crescido a utilização da irrigação como alternativa à dependência das precipitações como determinante da produção. Porém, antes de se deter à questão da irrigação deve-se entender outros aspectos da relação entre condição climática e produção agropecuária.

No Ceará, a média climatológica anual é em torno de 800 milímetros, e em épocas de secas consecutivas, como tem ocorrido nos últimos anos, costuma-se fazer comparações do Ceará, ou mesmo do Nordeste, com regiões com média pluviométrica inferior, como observado em Israel e no Arizona, estado dos Estados Unidos, os quais conseguem bons níveis de produção e organização. Entretanto, talvez esta última característica seja a diferenciação entre as duas regiões em relação ao Ceará, ou Nordeste. Ou seja, a organização é um fator decisivo e está relacionado com questões culturais e institucionais, as quais, principalmente a primeira, não se consegue replicar facilmente.

Daí o motivo pelo qual as inúmeras missões realizadas até Israel não conseguem reproduzir o modelo lá observado. Ou seja, mais do que um problema de disponibilidade de água, a questão da produção agropecuária tem um forte caráter cultural.

Não por coincidência a maior vulnerabilidade da agricultura em relação às chuvas está na produção de grãos, conforme gráfico 01, abaixo, dado que são predominantemente produzidos pelo regime de sequeiro a partir dos pequenos produtores, enquanto a irrigação está mais relacionada com a fruticultura, conduzida em maior parte por produtores com maior nível de organização e com constituição de empresas.

Gráfico 1– Produção de Grãos e Precipitação Pluviométrica, Ceará, 1995 a 2012.



Fonte: IBGE/FUNCEME

Essa dicotomia em relação à organização também vem sendo observada em outros segmentos da agropecuária, além da fruticultura, como na bovinocultura leiteira. Ou seja, o ponto divisor de águas parece ser a organização, a qual está associada com questões culturais, e não à disponibilidade de água.

Voltando ao ponto da agricultura irrigada, a qual não deixa dúvidas quanto a ser uma atividade que vem apresentando bons resultados, esta deve ser avaliada em relação às suas limitações e adequações, principalmente no que se refere aos grandes empreendimentos, dada a questão estratégica de priorização dos recursos hídricos, de forma a garantir que o maior número de pessoas se beneficie com seu uso eficiente.

Prosseguindo, têm-se outros exemplos bem sucedidos na agropecuária do Ceará, como no próprio caso da bovinocultura leiteira, a qual apresentou um crescimento na produção de 57,3% entre 1990 e 2012. Esse resultado foi fruto de diversos esforços dos setores público e privado no sentido de organizar a cadeia produtiva, incluindo a especialização do rebanho, formação de pastagens e capacitação dos produtores em gestão do negócio.

Nesse mesmo sentido observou-se o desenvolvimento da floricultura como um caso exitoso, dado o seu potencial de crescimento e alto valor agregado, inclusive com crescimento na pauta de exportações.

Um destaque ainda maior deve ser dado ao crescimento na produção de mel, tendo apresentado um crescimento de 374,3% entre 1990 e 2012, e, mais relevante ainda, por ser feita a partir de pequenos produtores, além de ser um produto com alto valor agregado. A apicultura pode ser tida como um modelo desejável para a agropecuária do Estado, haja vista sua capacidade de promover renda para pequenos produtores, como também seu elevado potencial de crescimento e, ainda, relevante caráter ecológico, em função de sua natureza conservacionista.

A ovinocaprinocultura também se apresenta como atividade tradicional e potencial, em função da boa estrutura institucional que inclui a Embrapa Caprinos, universidades e outras instituições que empregam esforços em prol dessa atividade, além do importante papel do Governo do Estado, através da Secretaria de Desenvolvimento Agrário. O Estado dispõe de um bom aparato institucional para o setor, entretanto, o nível de organização dos produtores ainda tem um longo caminho a percorrer, mesmo já tendo mostrado alguns avanços.

Portanto, o modelo a ser perseguido para a agropecuária do Ceará, deve ir em direção da escolha de produtos com maior valor agregado, resultando em maior renda, tendo em vista que no Ceará, assim como em diversas áreas do Semiárido, não se deve preconizar o modelo de produção em larga escala, não só em função da questão da água, mas também pela reduzida fertilidade e profundidade do solo, além do seu relevo irregular, que inviabiliza a mecanização da produção.

Em termos de distribuição das atividades dentro do Estado, observa-se que, além da aptidão e formação cultural, pesam a disponibilidade de recursos naturais e infraestrutura, a exemplo dos perímetros irrigados.

A questão da tecnologia, de fato, apresenta dualidade, com os produtores mais organizados tendo maior acesso e uso desse fator, enquanto os pequenos produtores e produtores de subsistência têm menos acesso e fazem pouco uso, se valendo principalmente dos métodos mais tradicionais.

No entanto, essa não parece ser a questão determinante, dado que, para esses pequenos produtores, ainda há bastante espaço para se avançar, em termos de produção, a partir da adoção de técnicas adequadas e, então, depois de se incorporar plenamente o ganho de produção que essas técnicas propiciam, passa-se a adotar novas tecnologias, ou seja, antes de se pensar na adoção de tecnologias mais elaboradas ou se diagnosticar a ausência destas, deve-se pensar primeiramente na utilização dos preceitos mais básicos, que incluem conservação do solo, correção do solo, plantio direto, não utilização de queimadas, dentre outros disponíveis.

Pode-se afirmar que o Ceará tem uma boa infraestrutura para o desenvolvimento do agronegócio, no entanto, isso varia de atividade para atividade em função de sua organização e força política. Mas é desejável que as atividades econômicas que se mostram com bom potencial econômico tenham como protagonistas o setor privado na indução do seu desenvolvimento, enquanto o Estado poderia desempenhar o papel de coordenador de todo o processo, atuando no sentido de corrigir as distorções do mercado e promover a inserção dos que não têm acesso às oportunidades, como também o de promover a organização do setor.

Governador: CID FERREIRA GOMES  
Secretário da SEPLAG: Eduardo Diogo

Diretor-Geral do IPECE: Flávio Ataliba

Diretor da DIEEC: Adriano Sarquis Bezerra de Menezes  
Diretor da DISOC: Régis Façanha Dantas

Elaboração: Klinger Aragão Magalhães

SEPLAG: [www.seplag.ce.gov.br](http://www.seplag.ce.gov.br); IPECE: [www.ipece.ce.gov.br](http://www.ipece.ce.gov.br)  
Centro Administrativo Governador Virgílio Távora/Cambeba  
Fone: (85) 3101.3496